

# Alterações podirão ser concluídas

Com a mudança na data da última audiência pública destinada a discutir com a comunidade a revisão do PDOT, a Seduh acredita que as alterações poderão ser concluídas e melhor avaliadas. Um grupo de trabalho foi criado pela governadora Maria de Lourdes Abadia, por meio de decreto, publicado no *Diário Oficial do DF* de 5 de junho, determinando o prazo de dez dias úteis para conclusão das atividades.

O objetivo, segundo Diana Motta, é aperfeiçoar os critérios de identificação de uso do solo, participação ampla de todo os órgãos do GDF. Isso porque a Seduh está analisando os 430 formulários encaminhados pela comunidade, na última audiência pública que reuniu 1.300 mil pessoas. Elas sugeriram alterações no projeto de lei, que expressa a revisão do PDOT. A maior parte das mudanças trata da reversão de áreas urbanas para rurais e vice-versa.

Neste processo, as chácaras incluídas em áreas rurais remanescentes do PDOT/97 mantiveram características e o uso rural. Segundo levantamento, as áreas urbanas no DF terão crescimento de 2%. Número considerado baixo pela Seduh diante dos índices de crescimento habitacional previstos para o DF.

Segundo a secretária Diana Motta, o novo prazo irá garantir que a população do DF possa avaliar, na última audiência, o projeto na íntegra. "Iremos estudar questões ambientais e as revisões de áreas. Não queremos prejudicar a comunidade, muito pelo contrário. Estamos trabalhando para corrigir distorções", anunciou.

Ela destacou que os moradores de Vicente Pires, incluídos numa poligonal totalmente urbana, que hoje moram em lotes inferiores aos 20 mil metros no mínimo ou dois hectares, como manda a legislação, terão suas propriedades consideradas áreas urbanas. Antes da revisão, essas pessoas estavam impedidas regularizar seus lotes.

## ■ Detalhamento

O detalhamento das zonas rurais — considerando a unidade territorial configurada pelas bacias hidrográficas e a identificação no macrozoneamento das unidades de conservação — ainda está sendo objeto de análise pelos técnicos da Seduh durante o processo de revisão do PDOT.

Na terceira audiência, Diana Motta acredita que irá debater o projeto de lei completo que será encaminhado à Câmara Legislativa para análise e aprovação dos parlamentares. "Com o detalhamento de pontos fundamentais, mediremos critérios relacionados à questão rural e urbana. Mas os direitos adquiridos no PDOT de 1997 serão mantidos na revisão."